



TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 1 de 7

PORTARIA Nº 81/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para praticar atos de gestão administrativa, na forma do art. 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n.º 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO a incumbência do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais, em consonância com o art. 9º, inciso XI, da Lei Complementar Estadual n.º 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO que cumpre à Defensoria Pública, dentre outras funções institucionais, exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

CONSIDERANDO a existência da ação civil pública n.º 0056323-55.2010.8.04.0012, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, que tem por objeto a remoção dos flutuantes situado na região do Tarumã não licenciados dos locais onde se encontravam e o desmantelamento definitivo das embarcações que não se sujeitassem à devida regularização;

CONSIDERANDO a necessária gestão plural do processo coletivo no intento de conferir adequada proteção às famílias sob o risco de remoção compulsória via ordem judicial;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 2312/2025/GDPG/DPE/AM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AM em 17 de dezembro de 2025, Ano 11, Edição 2556, Pág. 1-2 de 16;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n.º 25.0.000016771-4;

RESOLVE:

I - SUBSTITUIR, a contar de 26 de janeiro de 2026, a servidora **Luana Lucas de Souza Bastos** pela servidora **Vanessa Migueis Ramos** na Portaria n.º 2312/2025/GDPG/DPE/AM, publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPE/AM em 17 de dezembro de 2025,

Ano 11, Edição 2556, Pág. 1-2 de 16, referente ao Grupo de Trabalho instituído com a finalidade de propor, ajustar, promover e adotar medidas e soluções, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial, visando conferir proteção efetiva aos direitos fundamentais dos ocupantes dos flutuantes situados na região do Tarumã;

II - O inciso II da referida portaria passa a vigor da seguinte forma:

NOME	CARGO/FUNÇÃO
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho	Membro - Coordenador
Thiago Nobre Rosas	Membro
Taís Miranda Rodrigues Pontes	Servidora
José Rodrigues Terceiro Filho	Servidor
Felipe Mafrini Farias Canuto	Servidor
Reinaldo José Roder Filho	Servidor
Vanessa Migueis Ramos	Servidora
Luana Gabrielle Moraes Gadelha	Servidora
Pedro Lucas Cunha da Silva	Servidor

III - As demais disposições permanecem inalteradas.

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de janeiro de 2026.

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 85/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, na forma



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 2 de 7

do art. 9º, inciso XI da Lei Complementar Estadual n. 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO as ações itinerantes da Defensoria junto à sociedade;

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo nº 26.0.000000902-3,

RESOLVE:

I - DESIGNAR o Defensor Público e os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para atuarem, sob a Coordenação do Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha, na Ação Itinerante Novo Airão, nos dias 9, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2026, a seguir destacados:

Ação Itinerante Novo Airão Dias 9, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2026	
Defensor Público	
Danilo Germano Ribeiro Penha	Defensor Público
Equipe Jurídica	
Edilene de Queiroz Lopes	Assessor(a) Técnico I – DPE – 2
Thiago Aparecido Coutinho	Assistente Técnico de Defensoria
Adrieida de Souza Maklouf Teixeira	Assessor(a) Técnico II
Lana Catiane Furtado da Rocha	Assessor(a) Técnico II – DPE – 1
Michelle Cerqueira da Rosa	Assessor (a) de Defensor Público – DPE 3
João Coelho de Souza	Assessor Jurídico (DPE-3)
Reinaldo Oliveira Machado Gonzaga	Assessor de Defensor DPE-3
Equipe de Informática	
Marcos Leão dos Santos	Assistente Téc. Inf. da Defensoria
Equipe Administrativa	
Alysson Francisco Moura Freitas	Auxiliar I de Defensoria
Edival Nunes Guilherme	Assessor Técnico II – DPE 1

II - ATRIBUIR gratificação referente ao Nível 1, constante no artigo 31, XI, § 10 anexo XII da Lei nº 4.077/2014, com redação dada pela Lei 4.831/2019, no valor de 100% (cem por cento) do adicional de nível 1, consoante anexo XII da referida lei, aos servidores supramencionados por dia trabalhado, nos dias 9, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2026.

III – DETERMINAR o pagamento de diárias a todos os servidores.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 87/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais, em consonância com o art. 9º, inciso XI, da Lei Complementar Estadual n. 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI Nº 26.0.000000314-9,

RESOLVE:

I - DESIGNAR, a Defensora Pública **Francine Lucia Buffon Baldissarella** e os servidores **Iasmim Cordeiro de Souza** e **Victor Gabriel Fernandes Monteiro**, para atendimentos jurídicos nas comunidades ribeirinhas **Lago do Uruapeara e Distrito de Auxiliadora**, no Município de Humaitá/AM no período de 30 de janeiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2026.

II - ATRIBUIR, à Defensora e aos servidores, o adicional previsto no artigo 31, inciso XI, § 10, da Lei nº 4.077/2014, com redação dada pela Lei 4.831/2019, no valor correspondente ao nível 3, do Anexo XII da referida lei, em razão do desempenho de atividade técnica especial, de caráter transitório.

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensora Pública Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 3 de 7

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 88/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para designar os membros da Defensoria Pública para o desempenho de tarefas especiais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, na forma do art. 9º, inciso XI da Lei Complementar Estadual nº 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO a atribuição do Defensor Público Geral para praticar atos de gestão administrativa, na forma do art. 9º, inciso XII, da Lei Complementar nº 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI nº 25.0.000016093-0;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, a contar de 27 de janeiro de 2026, pelo período de 01 (um) mês, a servidora **Arycia Santos Costa** para prestar apoio nos processos do Programa Júri Eficiente;

II - ATRIBUIR o adicional previsto no artigo 31, inciso XI, § 10, da Lei nº 4.077/2014, com redação dada pela Lei 4.831/2019, no valor correspondente ao nível 6, do Anexo XII da referida lei, em razão do desempenho de atividade técnica especial, de caráter transitório.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 91/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO o constante na Resolução nº 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pag. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de diárias constantes dos anexos I e II da Resolução nº 002/2017 – CSDPE/AM.

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 26.0.000000279-7, datado de 12.01.2026;

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o deslocamento de Thiago Nobre Rosas, Defensor Público 2ª Classe, Lúcio Cláudio Zahluth Lins, Assistente Técnico de Defensoria, Cristiane Andrade Leite, Assistente Técnico de Defensoria, Luana Cristina de Souza Cabrini, Assessora Jurídica DPE-3, Luana Gabrielle Moraes Gadelha, Assessora Técnica I DPE-2, Pedro Lucas Cunha da Silva, Assistente Técnico de Defensoria, Bruno Pereira Aparicio Campos, Assessor Técnico I DPE-2, Aline Lima Moraes, Assessora de Defensor Público DPE-3, Felipe Araújo Duarte, Analista Jurídico de Defensoria e Gabriela Costa Machado, Assessora Jurídica DPE-3, nos trechos Manaus/Presidente Figueiredo/Manaus, no período de 03 a 06 de fevereiro de 2026, a fim de atuarem na execução das atividades do Projeto “Meu Pedaco de Chão – da Ocupação à Titulação”; no município de Presidente Figueiredo.

II - AUTORIZAR o deslocamento de Tiago de Paula Costa, Assistente Técnico em Tecnologia da Informação de Defensoria, José Marques Gonçalves Júnior, Auxiliar I de Defensoria e Paulo Roberto de Carvalho, Auxiliar I de Defensoria, nos trechos Manaus/Presidente Figueiredo/Manaus, no período de 03 a 06 de fevereiro de 2026, a fim de prestar apoio nas atividades do Projeto “Meu Pedaco de Chão – da Ocupação à Titulação”; no município de Presidente Figueiredo

III - DETERMINAR o pagamento de diárias ao defensor público e aos servidores públicos acima relacionados.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 4 de 7

Cientifique-se, cumpra-se e publique-se.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 92/2026-GDPG/DPE/AM

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada nº 51 de 21 de julho de 2004;

CONSIDERANDO o constante na Resolução n.º 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pág. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de diárias constantes dos anexos I e II da Resolução n.º 002/2017 – CSDPE/AM.

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 26.0.000000515-0, datado de 16.01.2026;

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o deslocamento de Helom César da Silva Nunes, Defensor Público 2ª Classe, Luiza Lydia Arruda da Silva Cabral Chaves, Diretora Adjunta DPE-4, nos trechos Manaus/Iranduba/Manaus, no período de 03 a 05 de fevereiro de 2026, a fim de realizarem a edição do projeto “Esudpam no Interior” no município de Iranduba;

II - AUTORIZAR o deslocamento de Elania Cristina Fonseca do Nascimento, Defensor Público 3ª Classe, nos trechos Manaus/Iranduba/Manaus, no dia 03 de fevereiro de 2026, a fim de ministrar o curso “Direito Possessório na Prática” no âmbito do projeto “Esudpam no Interior” no município de Iranduba;

III - AUTORIZAR o deslocamento de Sabrina Brandão Romero, Assessora Jurídica DPE 3, nos trechos Manaus/Iranduba/Manaus, no dia 05 de fevereiro de 2026, a fim de ministrar o curso “Oficina prática para

Cumprimento de Sentença e Acordo de Obrigação Alimentar” no âmbito do projeto “Esudpam no Interior” no município de Iranduba;

IV - AUTORIZAR o deslocamento de Maurício Pinto Flaga, Assistente Técnico em Tecnologia da Informação de Defensoria, nos trechos Manaus/Iranduba/Manaus, no período de 03 a 05 de fevereiro de 2026, a fim de prestar apoio nas atividades do Projeto “Esudpam no Interior” no município de Iranduba;

V - AUTORIZAR o deslocamento de Aldener Maciel da Silva, Auxiliar I de Defensoria, nos trechos Manaus/Iranduba/Manaus, nos dias 03 e 05 de fevereiro de 2026, a fim de conduzir os defensores e servidores públicos acima relacionados ao município de Iranduba-AM.

VI - DETERMINAR o pagamento de diárias aos defensores públicos e aos servidores públicos acima relacionados.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral do Estado

PORTARIA Nº 54/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10º, da Lei Complementar n.º 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9º da Lei Promulgada n.º 51 de 21 de julho de 2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO, a atribuição do Defensor Público Geral para praticar atos de gestão administrativa, na forma do art. 9º, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n.º 01, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 13/2023-CSDPEAM, que criou os Órgãos de Atuação do Interior e Região Metropolitana, as Defensorias Públicas de substituição da Capital, fixa suas atribuições no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, altera as Resoluções nº 004/2019-CSDPE/AM e nº 013/2019-CSDPE/AM, e dá outras providências;



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 5 de 7

CONSIDERANDO o constante na Portaria n.º 231/2024-GDPG/DPE/AM, Ano 10, Edição 2.126, pág. 1-2, datada de 04 de março de 2024, que delegou à Subdefensora Pública Geral, as funções de organização e designação de membros para substituição em casos de férias, folgas, licenças e demais casos de afastamentos previstos em lei;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n. 25.0.000017119-3.

RESOLVE:

I - DESIGNAR, em caráter especial, o Defensor Público de 2ª Classe Newton Ramon Cordeiro de Lucena, para atuar em 7 (sete) Sessões de Julgamento do Tribunal do Júri da Vara Única da Comarca de Eirunepé, entre os dias 02 a 13 de fevereiro de 2026;

II - ATRIBUIR ao Defensor Público mencionado neste ato, por dia trabalhado, 1 (um) dia de licença compensatória por acumulação de acervo processual, nos mesmos termos dispostos no art. 1º do Ato Normativo 5/2025/GDPG/DPE/AM;

III - ENQUADRAR a atuação da membro mencionado neste ato como 1 (uma) designação especial, por dia trabalhado, para fins de promoção, na forma do inciso IV do art. 17 da Resolução n.º 004/2018-CSDPE/AM;

IV - DETERMINAR a atuação do membro mencionado como critério de elegibilidade para meritocracia, nos termos do art. 2º, inciso V, da Resolução n.º 027/2025-CSDPE/AM.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado do Amazonas

PORTARIA N.º 60/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10.º, da Lei Complementar n.º 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9.º da Lei Promulgada n.º 51 de 21 de julho de

2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o constante na Resolução n.º 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pág. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de diárias constantes dos anexos I e II da Resolução n.º 002/2017 – CSDPE/AM;

CONSIDERANDO o teor do processo SEI n. 26.0.00000919-8, datado de 27.01.2026, e da Solicitação SGI n. 2600096, datada de 26.01.2026;

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o deslocamento de Francine Lucia Buffon Baldissarella, Defensora Pública 3ª Classe, nos trechos Humaitá/Apuí/Humaitá, no período de 02 a 07 de fevereiro de 2026, a fim de atuar em sessões do Tribunal do Júri, realizar inspeção carcerária e atendimentos presenciais, no município de Apuí-AM;

II - DETERMINAR o pagamento de diárias à defensora pública acima relacionada.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado do Amazonas

PORTARIA N.º 61/2026-GSPG/DPE/AM

A PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10.º, da Lei Complementar n.º 01 de 30 de março de 1990, consolidada na forma do art. 9.º da Lei Promulgada n.º 51 de 21 de julho de



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral

Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensora Pública Geral

Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário Oficial da DPE-AM, através do QRCode abaixo:





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 6 de 7

2004 e alterada pela Lei Complementar n.º 267, de 11 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o constante na Resolução n.º 002/2017- CSDPE/AM (Consolidada III) de 15.01.2019, publicada no D.O.E DPE/AM, edição 915, pág. 3/8 de 16.01.2019;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 603/2024-GDPG/DPE/AM que alterou as tabelas de valores de diárias constantes dos anexos I e II da Resolução n.º 002/2017 – CSDPE/AM;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 26.0.000000383-1, datado de 14.01.2026, e da Solicitação SGI n. 2600030, datada de 14.01.2026;

RESOLVE:

ALTERAR o período e finalidade do deslocamento autorizado pela Portaria n.º 28/2026-GSPG/DPE/AM, publicada no D.O.E DPE/AM ano 12, edição 2572, pág. 9/16 publicada no dia 14.01.2026: **de 02 a 06.02.2026 para 02 a 07.02.2026 e a fim de auxiliar a defensora pública Francine Lucia Buffon Baldissarella em atendimentos presenciais e inspeção carcerária, no município de Apuí-AM.**

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRIMEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2026.

Ana Karoline Santos Pinto Rocha
Primeira Subdefensora Pública Geral do Estado

PORTARIA Nº 2/2026-NUDESA/DPE/AM

O Defensor Público infra-assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, VII da Lei Complementar nº 80/1994 e em conformidade com a Resolução nº 023/2022-CSDPE/AM;

CONSIDERANDO o disposto no art. 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Carta Magna brasileira de 1988;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 03/2026/2ªDP1IEIJ, com indicativo da existência da necessidade de assistência à saúde de criança internada no Instituto da Mulher Dona Lindu aguardando procedimento para realização de traqueostomia;

CONSIDERANDO que, em inspeção realizada pelo defensor público subscritor na unidade de saúde supra, realizada em 26 de janeiro de 2026, restou confirmada a institucionalização de pacientes não neonatos em UTIn com indicação de transferência para UTI pediátrica, aguardando há meses ou até um ano por regulação;

CONSIDERANDO que, em tais situações, há indicação de diferentes procedimentos diagnósticos e terapêuticos, muitos dos quais encontram entraves na regulação interna entre as unidades de saúde pediátricas, impactando a continuidade do cuidado e a alta hospitalar segura desses pacientes;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar se há outros pacientes em situação semelhante em outras unidades pediátricas, bem como eventuais falhas na regulação, contratualização e organização da rede assistencial;

CONSIDERANDO a importância da adequada regulação de leitos em UTI neonatal e pediátrica e procedimentos no âmbito do SUS, assegurando a integralidade e a continuidade do cuidado, especialmente diante da vulnerabilidade desse grupo de pacientes que por vezes enfrentam abandono familiar nas unidades de saúde;

CONSIDERANDO o encaminhamento de demanda ao Núcleo de Saúde, referente a infante internada no Instituto Dona Lindu desde o nascimento, que apresenta comprometimento do quadro clínico e pendência na realização de procedimentos médicos necessários;

RESOLVE:



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensora Pública Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode ser verificada através da página oficial do Diário Oficial da DPE-AM através do QRCode abaixo:





TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Ano 12, Edição 2581 Pág. 7 de 7

INSTAURAR o presente Procedimento Coletivo (PC), nos termos do art. 19 da Resolução nº 023/2022-CSDPE/AM, a fim de apurar a situação de pacientes não neonatos internados com comprometimento clínico em UTI's no Instituto da Mulher Dona Lindu, especialmente quanto ao seu efetivo acesso aos serviços de saúde, bem como os fluxos de regulação, a contratualização e a execução de procedimentos assistenciais na rede pública de saúde, que assegurem a continuidade do cuidado, a alta hospitalar segura e a efetivação do direito fundamental à saúde desses pacientes;

COMUNICAR à Defensoria Pública Geral acerca da instauração do presente PC, nos termos do art. 10, § 1º, da Resolução nº 023/2022-CSDPE/AM, solicitando a publicação desta portaria no Diário Oficial Eletrônico;

ENCAMINHAR esta portaria à Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, de modo a possibilitar o seu amplo conhecimento pela sociedade civil;

OFICIAR o Instituto da Mulher Dona Lindu para que no prazo de 5 (CINCO) dias preste as seguintes informações:

- Levantamento dos pacientes não neonatos atualmente internados UTIn aguardando por regulação para UTI pediátrica, indicando-se o tempo de espera desde a primeira solicitação de transferência;
- Verificação da existência de casos com indicação de procedimento classificado como urgente que ainda não tenha sido realizado, com a respectiva justificativa, bem como indicação dos casos considerados eletivos;
- Descrição do PCDT adotado pelo Ministério da Saúde indicativo da natureza do leito que os pacientes neonatos e pediátricos que não façam parte do perfil desta unidade de saúde, aguardando por regulação;

OFICIAR à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas para prestar esclarecimentos a respeito das demandas identificadas, bem como para que seja oportunizado apresentação de composição extrajudicial.

Após, voltem conclusos para as posteriores deliberações, em prazo não superior a 10 (DEZ) dias.

Certifique-se, cumpra-se e publique-se.

Manaus, 27 de janeiro de 2026.

ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO
Defensor Público — DPE/AM-SAÚDE

Coordenador do Núcleo de Defesa da Saúde —
NUDESA



Sede Administrativa | Av. André Araújo, 679
Aleixo - CEP 69060 - 0000 | Manaus -AM

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral
Ana Karoline Santos Pinto Rocha
1ª Subdefensora Pública Geral
Marco Aurélio Martins da Silva
2ª Subdefensor Público Geral
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto
Corregedor Geral

A validade deste documento pode
ser verificada através da página
oficial do Diário Oficial da DPE-AM,
através do QRCode abaixo:

